

Governo assegura que revisão dos planos das albufeiras acautela novas centrais fotovoltaicas

3 de Junho, 2019

Os planos de ordenamento das albufeiras (POA), em fase de revisão, vão reservar espaços para instalar novas centrais fotovoltaicas flutuantes, realçou hoje João Pedro Matos Fernandes. De acordo com a Agência Lusa, o ministro do Ambiente salientou que se trata atualmente de “uma tecnologia madura, com uma fortíssima componente portuguesa” e já testada na barragem do Alto Rabagão, em Montalegre, o responsável acrescentou que as fontes renováveis permitirão, por outro lado, “um preço menor na produção da própria eletricidade. Tem um custo muito inferior ao custo de mercado”.

O ministro do Ambiente e da Transição Energética falava aos jornalistas, em Penacova, distrito de Coimbra, no final da apresentação do projeto da EDP para investir 3,5 milhões de euros numa central fotovoltaica flutuante sobre as águas do Alqueva, no Alentejo, com 11 mil painéis e uma produção estimada de 6.000 MWh, replicando em escala industrial o projeto do Alto Rabagão, no rio Tâmega.

“Produzir energia a partir de fonte renovável é muito mais barato do que a partir de combustível”, o que, na sua ótica, trará vantagens no preço final “sobretudo às famílias e às empresas”.

Sobre a aposta na instalação de mais centrais fotovoltaicas flutuantes, como a que foi anunciada hoje para a albufeira do Alqueva, considerou que “há uma necessidade imensa de que isso aconteça”, para que Portugal cumpra o objetivo de, em 2030, “85% da energia consumida ter origem em fontes renováveis”.

“Só assim garantiremos o nosso objetivo”, sublinhou, no final de uma sessão em que também intervieram o presidente da EDP, António Mexia, e o presidente da Câmara Municipal de Penacova, o socialista Humberto Oliveira, ao justificar a reserva de espaços nos POA para a instalação de novas centrais fotovoltaicas flutuantes.

Os POA são planos especiais de ordenamento do território que consagram as medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos na área a que se aplicam, de modo a assegurar a sua utilização sustentável, vinculando a administração pública e os particulares.

Questionado pela agência Lusa sobre o impacto destes investimentos nas energias renováveis no desenvolvimento dos municípios do interior, o ministro do Ambiente optou por “usar as palavras do próprio presidente” da autarquia, frisando que Humberto Oliveira, na sua intervenção, “reconheceu a relevância que (...) têm para o desenvolvimento de projetos” nos territórios de baixa densidade demográfica.